

INDICADORES DO SERVIÇO DE POLICIAMENTO RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA DO 3º BPM PORANGATU-GO

POLICE SERVICE INDICATORS RELATED TO PUBLIC SAFETY OF THE 3rd BPM PORANGATU-GO

Lucas Gonçalves Correia da Silva*
Everton Fernando Cavalcante de Jesus **

RESUMO

Este estudo investigou os Indicadores do Serviço de Policiamento em Porangatu, Goiás, por meio de uma abordagem de pesquisa de campo utilizando questionário online. A pesquisa abrangeu diversos aspectos da percepção da comunidade sobre segurança pública, com 74 respostas coletadas. A análise dos dados revelou que a maioria dos participantes reside na área urbana (97,3%), sendo essencial considerar as nuances entre áreas urbanas e rurais nas estratégias de policiamento. A demografia diversificada, evidenciada nas faixas etárias, tempos de residência e composição familiar, destaca a necessidade de abordagens flexíveis. A identificação dos locais e horários de maior percepção de medo oferece insights para alocação eficiente de recursos, especialmente durante a madrugada, quando 50% dos entrevistados sentem maior insegurança. As principais preocupações abrangem homicídios (27%) e roubos (27%), apontando para a importância de estratégias integradas de combate a crimes violentos e contra a propriedade. As considerações finais destacam a relevância de não apenas reduzir a criminalidade, mas também fortalecer a sensação de segurança, promovendo uma abordagem holística para o policiamento em Porangatu, Goiás.

Palavras-chave: Policiamento; Segurança Pública; Percepção Comunitária; Estratégias de Policiamento.

ABSTRACT

This study investigated Policing Service Indicators in Porangatu, Goiás, through a field research approach using an online questionnaire. The research covered various aspects of the community's perception of public safety, with 74 collected responses. The data analysis revealed that the majority of participants reside in urban areas (97.3%), emphasizing the need to consider nuances between urban and rural areas in policing strategies. The diverse demographics, highlighted in age groups, length of residence, and family composition, underscore the need for flexible approaches. Identifying locations and times of heightened fear perception provides insights for efficient resource allocation, especially during the night, when 50% of respondents feel more insecure. Primary concerns include homicides (27%) and robberies (27%), emphasizing the importance of integrated strategies to combat violent crimes and property crimes. The concluding remarks highlight the significance of not only reducing crime but also strengthening the sense of security, promoting a holistic approach to policing in Porangatu, Goiás.

Keywords: Policing; Public Safety; Community Perception; Policing Strategies.

* Aluno do Curso de Formação de Praça, Turma Delta, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: lucasgon2001@hotmail.com.

** Professor orientador, Subtenente Cavalcante, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás, Goiânia – GO, 18/12/2023.

1 INTRODUÇÃO

A democratização política ocorrida no final dos anos 1980 representou um marco significativo na transformação das relações entre as forças policiais e a sociedade. Esse período foi marcado pela construção da democracia e pelas pressões sociais por novos modelos de política e policiamento. No entanto, é igualmente importante reconhecer as continuidades nas práticas, conhecimentos e teorias que, em muitos aspectos, sugerem que o Estado democrático muitas vezes reproduz relações que eram características do governo ditatorial.

A segurança pública, nesse contexto, muitas vezes fica subordinada às forças policiais e, mesmo após a promulgação da Constituição de 1988, continua a ser pensada principalmente em termos de gestão da atividade policial e na lógica do direito penal (COSTA; LIMA, 2014). A área da segurança pública está em franca ascensão, ganhando cada vez mais destaque nas publicações científicas. A polícia, que detém o monopólio do uso da força em nome do Estado, tem a responsabilidade primordial de exercer o controle social, especialmente em relação às classes socialmente consideradas perigosas. Isso implica que as classes mais privilegiadas geralmente são protegidas em vez de sujeitas a um policiamento rigoroso, o que serve para preservar a ordem social vigente (PEREIRA, 2015).

A definição de "inimigos" é moldada conforme as conveniências do poder e, frequentemente, isso introduz uma dinâmica que lembra a de um estado em guerra dentro de um Estado de Direito. Ao longo do tempo, os "inimigos" identificados mudaram, passando de grupos como os vagabundos para os subversivos. Nas últimas décadas, observou-se uma tendência de perseguição aos jovens que vivem em bairros precários e favelas, frequentemente estigmatizados como potenciais criminosos (ZAFFARONI, 2011).

No entanto, a análise dos indicadores de serviços de policiamento relacionados à segurança pública desempenha um papel fundamental na compreensão e melhoria da segurança da sociedade. Essas métricas oferecem insights sobre padrões criminais, áreas de maior vulnerabilidade e eficácia das estratégias policiais. A observação das tendências de roubo, furto, homicídio e feminicídio, por exemplo, permite a identificação de locais e horários críticos, possibilitando a alocação inteligente de recursos para a prevenção desses crimes.

Além disso, a interpretação desses indicadores permite a formulação de políticas públicas baseadas em dados concretos, otimizando o uso de recursos e maximizando o impacto na segurança. A transparência na divulgação desses dados também fortalece a

confiança da comunidade na polícia e no sistema de justiça. A análise contínua dessas métricas, juntamente com avaliações qualitativas, facilita a adaptação das estratégias policiais às mudanças nas dinâmicas criminais, buscando não apenas a repressão, mas também a prevenção eficaz, com o objetivo de construir uma sociedade mais segura e resiliente.

Neste contexto, este artigo se propõe a analisar uma série de evidências empíricas e dados disponíveis por meio de pesquisa para apresentar um panorama atualizado da área de segurança pública em Porangatu-GO. Através dessa análise, busca-se identificar os significados em disputa em relação à lei, ordem e segurança pública, bem como os conflitos sociais contemporâneos na sociedade.

A justificativa para este estudo reside na importância fundamental da segurança pública para a sociedade, garantindo a proteção dos direitos individuais dos cidadãos e possibilitando o pleno exercício da cidadania. Além disso, a atuação eficaz das instituições como a Polícia Militar e o Estado é essencial para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Para os policiais, o estudo é relevante, pois sua função é vital para a preservação da ordem pública e a segurança da comunidade.

Este estudo respondeu às seguintes questões: Qual é a importância da segurança pública? Quais são os índices registrados nos anos em Porangatu-GO? E quais medidas foram implementadas para melhorar a segurança pública?

E para responder a tais perguntas, o artigo tem como objetivo examinar os indicadores do serviço de policiamento relacionados à segurança pública em Porangatu-GO, com foco em roubo, furto, homicídio e feminicídio. Assim como também objetivos específicos incluem estudar a importância da segurança pública para a população, descrever a relação e a percepção dos serviços de policiamento ostensivo e outras ações de segurança pública como fatores geradores de tranquilidade pública, e analisar os dados obtidos, comparando-os ao longo do período de estudo para avaliar se houve crescimento ou diminuição nas estatísticas.

A pesquisa documental é uma técnica de pesquisa qualitativa responsável por coletar e selecionar informações através da leitura de documentos, livros, revistas, gravações, filmes, jornais, bibliografias, etc. Basicamente, o processo envolve a coleta e análise de informações a partir de documentos e materiais disponíveis, como artigos acadêmicos, livros, relatórios, registros históricos, fotografias, jornais, arquivos digitais, etc. Esses documentos podem ser tanto primários (criados na época dos eventos estudados) quanto secundários (criados depois dos eventos, baseados em fontes primárias) (MARCONI; LAKATOS, 2003)..

2 REVISÃO DE LITERATURA

Possivelmente, um dos paradoxos mais notáveis na história da democratização brasileira é a sua coincidência com o aumento significativo das taxas de criminalidade, o que intensificou os conflitos e aprofundou a desconfiança nas instituições democráticas. De acordo com Caldeira e Holston (1999), esse fenômeno pode ser compreendido como um exemplo de democracia disjuntiva. Nessa abordagem, a democratização política no Brasil resultou na expansão dos direitos políticos e sociais, mas não se traduziu em uma ampliação dos direitos civis. Pelo contrário, durante esse processo, a ideia de cidadania foi gradualmente deslegitimada, à medida que surgiu um espaço público fragmentado e segregado, caracterizado por casos de injustiça, impunidade e violência. Holston (2013) explora essa evolução da cidadania no Brasil, relacionando-a a dois fatores: a integração ao sistema político formal e a desigual distribuição de direitos, práticas e significados entre a população.

Ribeiro (2013) identifica três limitações na dimensão civil dos direitos em uma democracia disjuntiva:

1. A dificuldade de acessar as instâncias encarregadas de assegurar e promover os direitos civis, como vida, igualdade, liberdade e propriedade, devido à desconfiança nas instituições estatais responsáveis por garantir esses direitos, o que muitas vezes incentiva a resolução privada de conflitos.
2. A restrição no acesso a serviços, frequentemente devido aos altos custos e à complexidade, o que dificulta o acesso para pessoas com baixa escolaridade.
3. O aumento da probabilidade de abuso de poder por parte dos funcionários das instituições estatais, devido à desconfiança e à incerteza.

Além disso, o acesso à justiça e a eficácia dos direitos são influenciados pela experiência e pelo entendimento que os cidadãos adquirem ao interagir com os sistemas de justiça e segurança. Em relação à justiça criminal e ao contato com a polícia, essa experiência é frequentemente imposta. Tanto no acesso desejado quanto no contato compulsório, a percepção comum é que há uma justiça diferenciada para ricos e pobres (SINHORETTO, 2011).

Conforme observado por Holston (2013), a disjuntividade da democracia brasileira levou ao surgimento de uma cidadania insurgente que busca uma abordagem alternativa da cidadania, centrada no acesso a serviços universais, como moradia, creche e segurança. No entanto, isso também resultou em uma cidadania diferenciada que, embora promova discursos de inclusão universal, contribui para a desigualdade na distribuição de direitos e recursos.

Nesse contexto, a violência policial e a ineficácia do sistema judiciário se tornam os principais meios de perpetuação dessa cidadania diferenciada, reforçando desigualdades e estereótipos segregacionistas.

Isso ocorre porque tanto a polícia quanto o Judiciário são as instituições responsáveis por garantir todos os direitos para todos os cidadãos. Quando o Judiciário prioriza os direitos civis e econômicos em detrimento da proteção do direito à vida, ou quando a polícia comete repetidos abusos e atos de violência, tornam-se evidentes as falhas e interrupções no projeto democrático brasileiro, que enfrenta desafios como a violência, a impunidade, o racismo e a corrupção. Nesse sentido, o Estado de direito democrático não é completamente assegurado, e uma das principais evidências dessa deficiência é a alta taxa de criminalidade que afeta a sociedade brasileira (COSTA; LIMA, 2014).

Apesar das melhorias substanciais nos indicadores socioeconômicos nas últimas três décadas no Brasil, os elevados índices de violência persistem, colocando o país em uma posição lamentável no ranking das nações mais violentas do mundo. Conforme um recente levantamento do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2014), o Brasil, que representa 2,8% da população global, concentra 11% dos homicídios em todo o mundo. Isso significa que, nos últimos anos, o Brasil registrou pelo menos 50 mil homicídios anualmente. Desde 1988, quando foi iniciado o processo formal de democratização no Brasil, mais de um milhão de pessoas foram vítimas de homicídios no país, com a maioria das vítimas sendo jovens, indivíduos negros e pardos, e moradores das periferias das grandes cidades.

2.1 POLICIAMENTO OSTENSIVO E A SEGURANÇA PÚBLICA

Os conceitos relacionados à polícia ostensiva e à preservação da ordem pública não devem ser interpretados apenas como a atividade diária de policiamento ostensivo, embora essa seja a interpretação predominante em alguns setores das Polícias Militares. Esta análise é de grande relevância para os profissionais que fazem parte das corporações policiais militares, pois ajuda a compreender a amplitude e a abrangência das responsabilidades dessas instituições, que desempenham um papel fundamental no controle social e, consequentemente, na promoção da cidadania (COSTA; LIMA, 2014).

Para definir a polícia ostensiva, seguimos a compreensão de Fonseca (1992). Quando separamos a expressão "polícia ostensiva" do conceito de preservação da ordem pública,

conforme originalmente proposto pelos legisladores constituintes, ela passa a abranger um conjunto específico de ações que apresentam as seguintes características:

1. Predominância do aspecto preventivo, realizadas por agentes identificados por meio de uniformes, viaturas ou equipamentos.
2. Planejamento que abrange uma ampla variedade de situações, mesmo que ocorram em locais específicos devido a eventos programados, como jogos em estádios esportivos, concentrações em festas populares, conhecidas como 'festas populares', shows artísticos, entre outros.
3. A ostensividade, relacionada à identificação dos agentes envolvidos, uniformes, viaturas e equipamentos, é intrínseca à estratégia operacional.

Conforme citado por Moreira Neto (1991), Lazzarini destaca que a expressão "polícia ostensiva" foi adotada com dois objetivos principais: primeiro, para estabelecer sua exclusividade constitucional e, segundo, para ampliar as competências policiais dos policiais militares, indo além do policiamento ostensivo. É importante compreender que o policiamento é apenas uma fase da atividade policial, que se divide em quatro fases: ordem de polícia, consentimento de polícia, fiscalização de polícia e sanção de polícia. O policiamento corresponde apenas à fase de fiscalização, e, portanto, a expressão "polícia ostensiva" expande a atuação das Polícias Militares para todas as fases do exercício do poder de polícia. O termo "ostensivo" refere-se à ação pública de dissuasão, característica dos policiais fardados e armados, reforçada pelo aparato militar utilizado, que invoca o poder de uma corporação eficientemente unificada pela hierarquia e disciplina.

Quanto à polícia de preservação da ordem pública, conforme descrito por Lazzarini (1999), ela desempenha um papel que vai além da mera polícia administrativa, pois visa não apenas prevenir a ocorrência de desordens, mas também manter a ordem pública em todas as suas facetas. Isso inclui a prevenção de atividades criminosas em sentido amplo, bem como a repressão imediata quando necessário. A Constituição Federal de 1988 confirmou a compreensão de que a polícia de preservação da ordem pública pode realizar a repressão imediata, algo que já era entendido mesmo antes da promulgação da Constituição.

O papel da Polícia Militar, seja como polícia de preservação ou de manutenção da ordem pública, é apoiado pelo policiamento ostensivo. O Decreto 88.777/83, em seu artigo 2º, nº 27, estabelece que o policiamento ostensivo é uma ação exclusiva das Polícias Militares, na qual os agentes envolvidos são identificados imediatamente por meio de uniformes, equipamentos ou viaturas, com o objetivo de manter a ordem pública. Isso inclui diversos tipos de policiamento, como o ostensivo geral, urbano e rural, de trânsito, florestal e de

mananciais, rodoviário e ferroviário, portuário, fluvial e lacustre, radiopatrulha terrestre e aérea, e segurança externa de estabelecimentos penais do Estado. Vale ressaltar que a Polícia Militar pode desempenhar outras formas de policiamento, uma vez que não há restrições de competência.

É importante notar que o Constituinte de 1988 destacou a importância da segurança pública como um dos principais aspectos da ordem pública. A segurança pública é uma noção mais restrita do que a ordem pública, e as Polícias Militares têm a responsabilidade de preservar a ordem pública, além de promover a tranquilidade pública e a salubridade pública.

A amplitude das atribuições das Polícias Militares é clara no § 5º do artigo 144 da Constituição Federal, que estabelece que, para as Polícias Militares, instituídas para o exercício da polícia ostensiva e preservação da ordem pública, compete todo o universo policial que não seja atribuição constitucional prevista para os demais órgãos policiais. Isso significa que as Polícias Militares têm uma competência ampla na preservação da ordem pública, abrangendo todas as atividades de segurança pública que não são atribuídas a outros órgãos. Em casos de falência operacional desses órgãos, como greves ou outras causas que os tornem inoperantes ou incapazes de cumprir suas atribuições, a Polícia Militar atua como uma espécie de exército da sociedade, garantindo a preservação da ordem pública e da segurança pública.

Conforme Lazzarini (1999), a polícia ostensiva é uma atribuição de ampla extensão, abrangendo todas as fases do poder de polícia, onde os militares estaduais, no exercício de sua autoridade pública, são identificados imediatamente por meio de uniformes, equipamentos ou viaturas.

3 METODOLOGIA

O "estudo de campo documental" representa uma abordagem de pesquisa que integra elementos dos estudos de campo e da análise documental, amplamente aplicada em diversas disciplinas, como ciências sociais, história e antropologia. Essa técnica qualitativa de pesquisa tem como objetivo coletar e selecionar informações a partir da análise de diferentes tipos de documentos, incluindo livros, revistas, gravações, filmes, jornais, bibliografias, entre outros. O processo envolve a investigação de documentos disponíveis, sejam eles artigos acadêmicos, registros históricos, fotografias, arquivos digitais, entre outros, classificados como primários (criados na época dos eventos estudados) ou secundários (elaborados após os eventos, com base em fontes primárias) (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Para realizar uma avaliação abrangente dos Indicadores do Serviço de Policiamento relacionados à Segurança Pública no 3º BPM de Porangatu, Goiás, adotamos uma abordagem de pesquisa de campo por meio de um questionário online no *Google Forms*. O processo de pesquisa consistiu nas seguintes etapas:

Desenvolvimento do Questionário: Inicialmente, desenvolvemos um questionário estruturado que abrangia diversos aspectos relacionados à segurança pública, como a percepção da comunidade sobre o policiamento, a ocorrência de crimes, a eficácia das ações da polícia, entre outros. O questionário foi projetado de forma a ser claro e de fácil compreensão, garantindo que os respondentes pudessem expressar suas opiniões de maneira abrangente.

Amostragem e Coleta de Dados: Para obter uma amostra representativa da população de Porangatu, utilizamos uma estratégia de amostragem aleatória, considerando a demografia da região. O link para o questionário foi amplamente divulgado em canais de mídia social, grupos comunitários e contatos diretos com os moradores. Os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e a garantia de anonimato.

Análise de Dados: Após a coleta de dados, realizamos uma análise estatística para identificar tendências e padrões nas respostas dos participantes. Utilizamos ferramentas estatísticas apropriadas para avaliar a percepção da comunidade em relação aos indicadores de segurança pública no 3º BPM de Porangatu. A análise de dados nos permitirá chegar a conclusões sólidas e fornecer recomendações construtivas para o aprimoramento do serviço de policiamento na área.

Essa metodologia de pesquisa proporcionará uma compreensão abrangente dos Indicadores do Serviço de Policiamento relacionados à Segurança Pública, com base nas percepções da comunidade local. Isso, por sua vez, contribuirá para a promoção de medidas mais eficazes em prol da segurança pública na região.

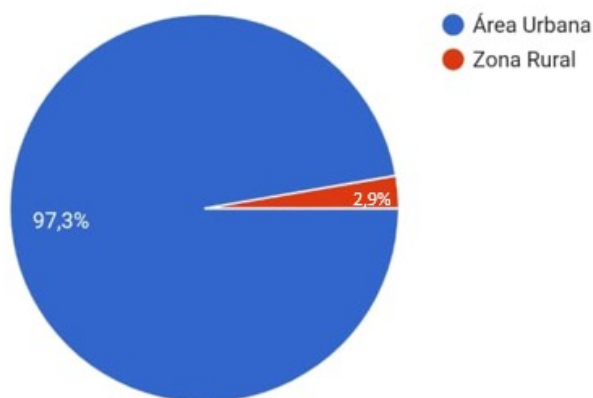
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para dar início à seção de Resultados e Discussão, apresentaremos os dados obtidos por meio de um questionário no *Google Forms*, que se concentrou na avaliação dos Indicadores do Serviço de Policiamento relacionados à Segurança Pública no 3º BPM de Porangatu – Goiás, com um total de 74 respostas coletadas. Esses resultados fornecem *insights* valiosos sobre a percepção da comunidade em relação ao desempenho e eficácia do policiamento na região. A análise destes dados desempenhará um papel fundamental na

compreensão das dinâmicas de segurança pública na área de estudo, permitindo a identificação de áreas de melhoria e a formulação de estratégias mais eficazes para o policiamento local.

No primeiro gráfico, analisamos a distribuição da residência dos participantes em relação ao município de Porangatu, no estado de Goiás, os resultados revelam um cenário em que a maioria dos entrevistados, cerca de 97,3%, reside na Área Urbana do município, enquanto uma parcela menor, representando 2,7% das respostas, indicou morar na Zona Rural. Esse dado inicial é de extrema importância, pois nos permite entender como as percepções e expectativas em relação ao serviço de policiamento podem variar significativamente com base no ambiente em que os residentes vivem. À medida que avançamos na análise desses resultados, será fundamental explorar como a localização geográfica influencia as perspectivas dos moradores em relação à segurança pública e ao desempenho do 3º BPM de Porangatu. Essa distinção entre áreas urbanas e rurais pode desempenhar um papel fundamental na definição das necessidades e prioridades em matéria de policiamento na região.

Gráfico 1 – Distribuição da residência dos participantes entre Área Urbana e Zona Rural

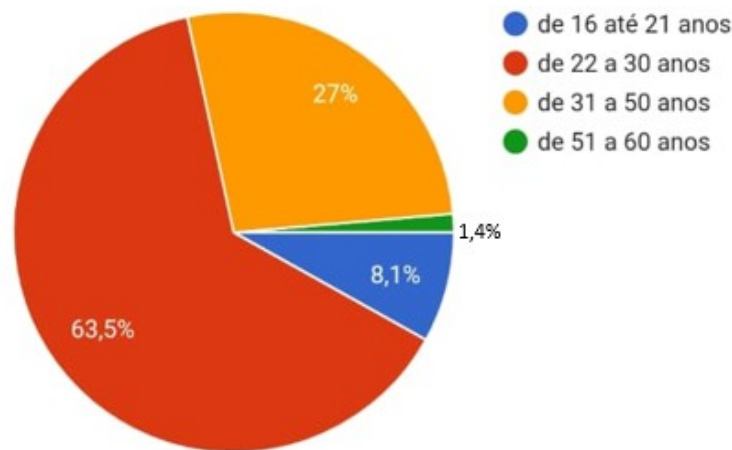


Fonte: Dados primários (2023).

No segundo gráfico, exploramos a faixa etária dos participantes da pesquisa conduzida em Porangatu, Goiás. A maioria expressiva, representando cerca de 63,5% dos entrevistados, está na faixa etária de 22 a 30 anos. Além disso, observamos que 8,1% estão na faixa de 16 a 21 anos, 27% pertencem ao grupo etário de 31 a 50 anos, e 1,4% têm entre 51 e 60 anos. Essa distribuição etária oferece uma visão inicial sobre a demografia dos participantes e sugere que a pesquisa reflete uma amostra diversificada em termos de faixa etária. Conhecer a idade dos

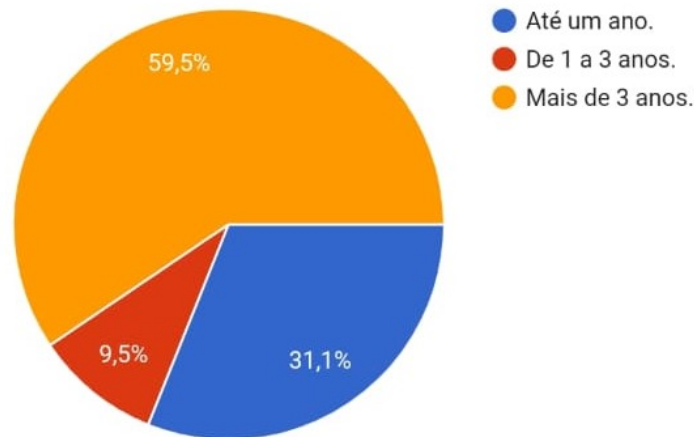
entrevistados é relevante, pois pode influenciar suas percepções e expectativas em relação à segurança pública e ao serviço de policiamento. Isso nos ajuda a considerar como diferentes grupos etários podem ter perspectivas variadas e contribuir para a formulação de estratégias de policiamento mais eficazes e adaptadas às necessidades específicas da comunidade.

Gráfico 2 – Distribuição das idades dos participantes da pesquisa em Porangatu-GO



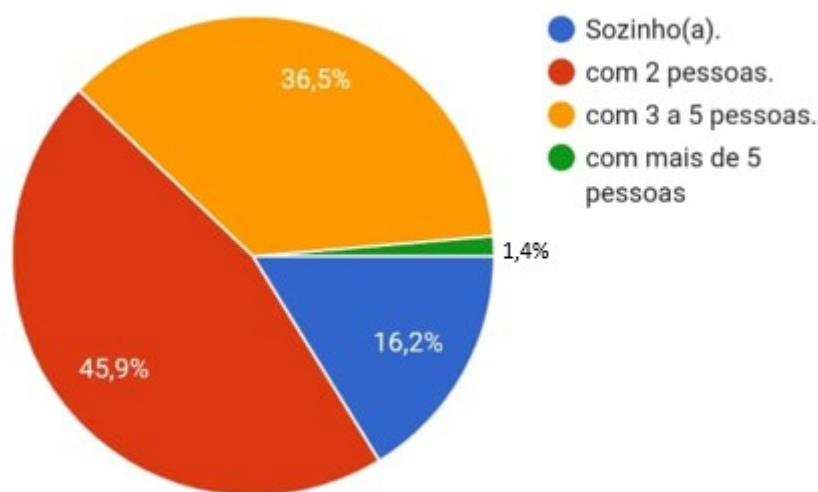
Fonte: Dados primários (2023).

No terceiro gráfico, podemos observar informações relacionadas ao tempo de residência dos entrevistados, as respostas indicam um panorama importante em relação à estabilidade da população local. A maioria significativa, representando aproximadamente 59,5% dos entrevistados, reside na área por mais de 3 anos. Além disso, 31,1% dos entrevistados estão na faixa de até um ano de residência na área, enquanto 9,5% declararam viver na região entre 1 e 3 anos. Essa análise fornece *insights* valiosos sobre a continuidade e a profundidade do relacionamento dos moradores com a área, o que pode ter implicações significativas na forma como percebem e experimentam questões de segurança pública. Pessoas que vivem na área por um longo período podem ter perspectivas e expectativas diferentes em comparação com os recém-chegados. Esses dados ajudarão na compreensão das dinâmicas locais e na formulação de estratégias de policiamento mais adaptadas às necessidades específicas de grupos de moradores com diferentes níveis de familiaridade com a região.

Gráfico 3 – Tempo de moradia

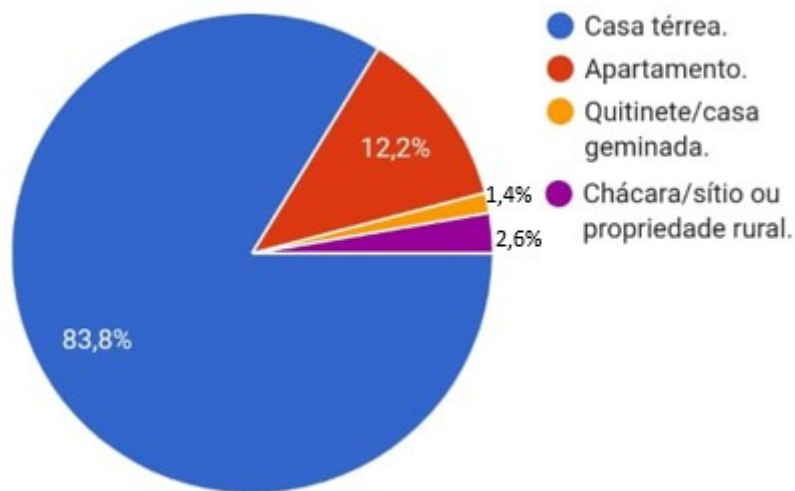
Fonte: Dados primários (2023).

No quarto gráfico, analisamos a estrutura de moradia e a quantidade de pessoas que compartilham a mesma casa dos entrevistados. Cerca de 45,9% dos entrevistados compartilham suas casas com duas pessoas, indicando uma tendência em direção a famílias menores ou arranjos de moradia compartilhada. Além disso, 36,5% dos entrevistados relataram que residem com um grupo de 3 a 5 pessoas, o que sugere a presença de famílias um pouco maiores ou talvez compartilhamento de moradia entre amigos ou parentes. Uma parcela de 16,2% dos entrevistados vive sozinha, e 1,4% relataram que em suas casas residem mais de 5 pessoas. Essa análise é crucial para compreender a dinâmica da comunidade local e sua estrutura familiar. O tamanho e a composição das famílias e das moradias podem afetar diretamente as percepções de segurança pública e as necessidades de policiamento. Além disso, essa informação pode ser valiosa na formulação de estratégias de segurança que se adequem às diferentes realidades das residências dos moradores de Porangatu.

Gráfico 4 – Composição familiar

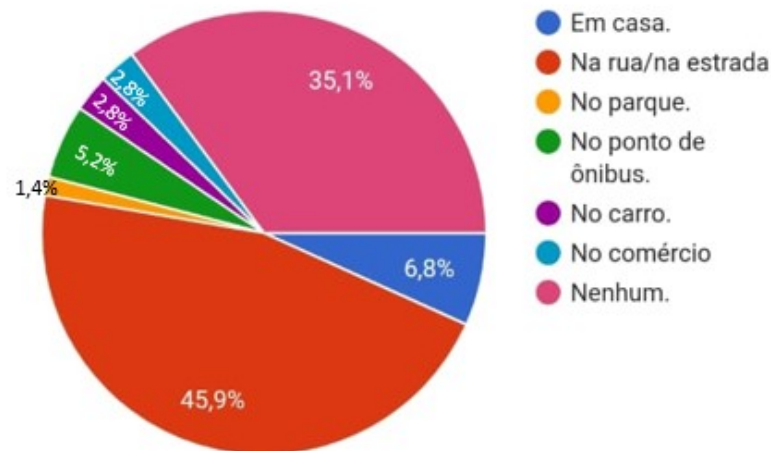
Fonte: Dados primários (2023).

No quinto gráfico, examinamos os diferentes tipos de residência nos quais os entrevistados da pesquisa estão atualmente morando, revelam uma preferência pela moradia em casas térreas, com 83,8% dos entrevistados indicando que residem em casas de um só pavimento. A opção por casas térreas pode estar relacionada a fatores como o espaço, a tradição arquitetônica da região ou as preferências individuais dos moradores. Além disso, observamos que 12,2% dos entrevistados moram em apartamentos, indicando uma presença de residências de múltiplos andares na área. Outra categoria, representando 1,4% dos entrevistados, mencionou residir em quitinetes ou casas geminadas. Adicionalmente, 2,6% dos entrevistados relataram viver em chácaras, o que sugere uma variedade de ambientes de moradia dentro da comunidade de Porangatu. Essa análise é valiosa para compreender a diversidade na estrutura residencial da região e pode ter implicações nas estratégias de segurança pública, pois diferentes tipos de moradias podem apresentar desafios específicos em termos de segurança. Esses dados nos ajudam a ter uma visão mais completa da comunidade e a adaptar as medidas de policiamento de acordo com as particularidades de cada tipo de residência.

Gráfico 5 – Tipos de residências

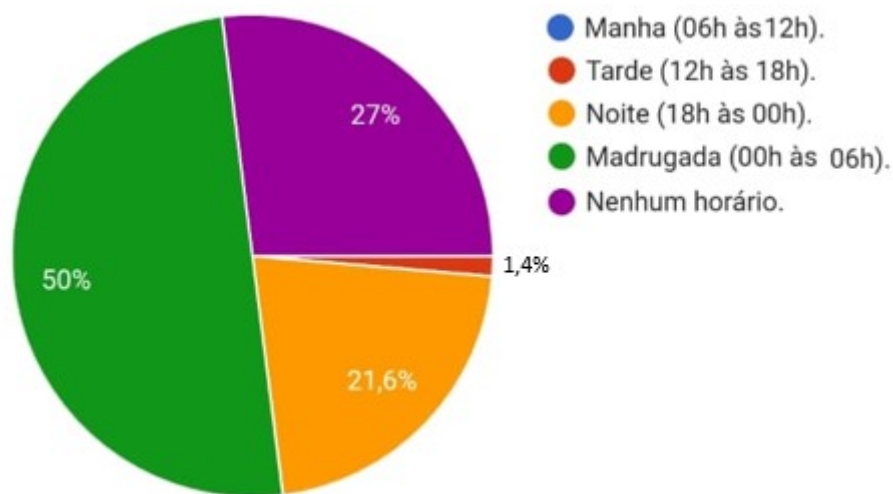
Fonte: Dados primários (2023).

No sexto gráfico, exploramos as respostas dos entrevistados em relação ao lugar onde eles sentem mais medo, a partir de uma questão de múltipla escolha. Notavelmente, 45,9% dos entrevistados indicaram que sentem mais medo na rua ou estrada, o que pode refletir preocupações com a segurança pública em espaços abertos e áreas de circulação. Por outro lado, 35,1% dos entrevistados responderam que não sentem medo em nenhum lugar específico, sugerindo uma sensação geral de segurança. Além disso, 6,8% dos entrevistados mencionaram sentir medo em suas próprias casas, o que pode levantar questões sobre a segurança domiciliar na região. Outros locais mencionados incluem o ponto de ônibus (5,2%), o comércio (2,8%), o carro (2,8%), e o parque (1,4%). Essas respostas variadas ilustram como a percepção de segurança pode ser influenciada por fatores contextuais e experiências individuais. Essa análise fornece informações cruciais para a compreensão das áreas de preocupação em relação à segurança pública na comunidade de Porangatu, o que é fundamental para direcionar esforços de policiamento e melhorar a qualidade de vida dos moradores.

Gráfico 6 – Locais de maior percepção de medo

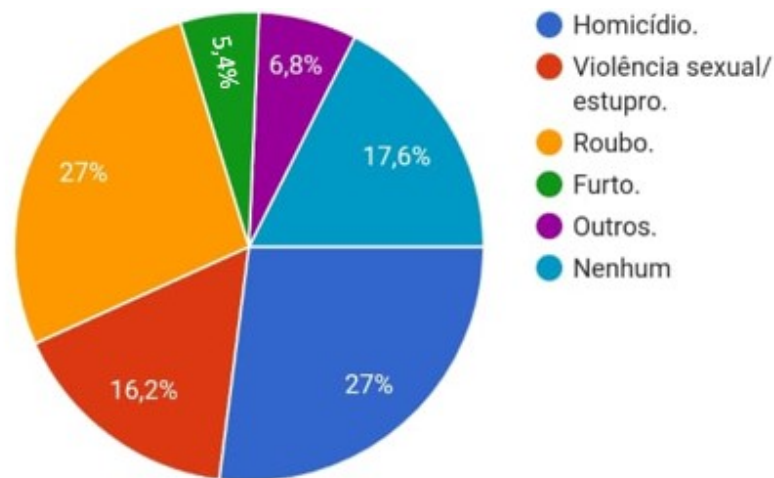
Fonte: Dados primários (2023).

No sétimo gráfico, exploramos os horários do dia em que os entrevistados da pesquisa relatam ter a maior sensação de medo em relação a crimes. Os resultados indicam que um significativo 50% dos entrevistados sentem maior medo de crimes durante a madrugada, das 00h às 06h. Isso pode refletir preocupações relacionadas a crimes noturnos ou à sensação de vulnerabilidade durante as horas mais escuras. Por outro lado, 27% dos entrevistados responderam que não têm um horário específico de maior medo, indicando uma sensação geral de segurança ao longo do dia. Além disso, 21,6% mencionaram sentir mais medo à noite, das 18h às 00h, o que pode estar relacionado à sensação de que a escuridão aumenta o risco. Uma pequena porcentagem, 1,4%, respondeu que sente mais medo à tarde, das 12h às 18h, enquanto ninguém relatou sentir mais medo no período da manhã, das 06h às 12h. Essas respostas revelam como a percepção de segurança pode variar significativamente ao longo do dia, refletindo as preocupações específicas dos entrevistados em relação ao horário e ao potencial de ocorrência de crimes. Essa análise é fundamental para a formulação de estratégias de policiamento e medidas de segurança em momentos críticos do dia.

Gráfico 7 - Horários de maior percepção de medo de crime

Fonte: Dados primários (2023).

No oitavo gráfico, exploramos as respostas dos entrevistados em relação ao tipo de crime que mais os preocupa em termos de medo. Os resultados revelam que tanto homicídio quanto roubo são as principais preocupações, cada um com 27% das respostas. Isso destaca a significativa inquietação em relação a crimes violentos e crimes contra a propriedade, o que é de extrema importância para as estratégias de policiamento e prevenção de crimes na região. Além disso, 16,2% dos entrevistados expressaram preocupações em relação à violência sexual e estupro, o que é uma questão crítica em termos de segurança pública e requer atenção especial. Outros 17,6% dos entrevistados afirmaram não ter medo de nenhum tipo específico de crime, enquanto 6,8% mencionaram outros tipos de crimes não especificados. Além disso, 5,4% dos entrevistados manifestaram preocupações com o furto. Esses resultados ilustram as preocupações variadas da comunidade em relação à segurança pública, desde crimes violentos até crimes contra a propriedade. Essa compreensão ajuda a direcionar os esforços da aplicação da lei e de prevenção de crimes para atender às necessidades e expectativas da população local.

Gráfico 8 – Principais preocupações em relação aos tipos de crime

Fonte: Dados primários (2023).

Pesquisas em criminologia ambiental têm revelado a existência de características físicas do espaço que podem estar correlacionadas com a criminalidade. De acordo com a Teoria do Espaço Defensível, formulada por Newman em 1972 (PERKINS et al., 1993), elementos como a qualidade da iluminação, visibilidade do entorno, presença de barreiras e oportunidades de vigilância natural desempenham um papel crucial na prevenção do crime. A vigilância natural refere-se à observação informal das ruas e espaços públicos pela comunidade (JACOBS, 2000).

Em áreas com alto tráfego de pedestres, a iluminação desempenha um papel coadjuvante na construção da percepção de segurança dos residentes em pontos de ônibus. No entanto, essa iluminação pode também incentivar a apropriação e ocupação de áreas por pedestres e estabelecimentos comerciais, devido ao aumento do bem-estar (FARRINGTON; WELSH, 2002). De acordo com Haans e Kort (2012), a iluminação está intimamente relacionada à capacidade de enxergar o entorno, o que resulta em uma melhora na percepção de segurança e na habilidade do indivíduo em responder a potenciais situações de risco.

A segurança nas ruas é mais eficaz quando é informal e envolve menos indícios de hostilidade e desconfiança, especialmente quando as pessoas as utilizam espontaneamente e não estão conscientes de estarem sob vigilância. Um requisito fundamental para a vigilância eficaz é a presença de um número substancial de estabelecimentos e espaços públicos ao longo das calçadas da região, particularmente aqueles que são frequentados à noite (JACOBS, 2000).

Além disso, pesquisas também têm apontado para uma possível relação entre o

comportamento social e a criminalidade. Conforme Perkins et al. (1993), comportamentos incivilizados, como embriaguez, ou condições físicas deterioradas do espaço público podem indicar falta de controle social e se relacionar com a incidência de crimes urbanos. Esse conceito também é discutido na Teoria da Janela-quebrada, popularizada por Wilson e Kelling (1982), que sustenta que a presença de incivilidades, assim como uma janela quebrada não reparada, sinaliza a ausência de controle social e torna uma comunidade mais vulnerável, criando oportunidades para o aumento da criminalidade.

A percepção de segurança desempenha um papel fundamental na vida urbana e na experiência das comunidades. Ela vai além das estatísticas de criminalidade e está fortemente ligada à sensação de bem-estar dos cidadãos em seus ambientes cotidianos. As pesquisas em criminologia ambiental têm demonstrado que a percepção de segurança muitas vezes não se alinha perfeitamente com a realidade da segurança pública, o que destaca a importância de compreender e abordar as preocupações percebidas.

À medida que as pessoas se sentem mais seguras em seus ambientes, são mais propensas a utilizar espaços públicos, o que, por sua vez, contribui para a construção de comunidades mais coesas e seguras. No entanto, é essencial lembrar que a percepção de segurança é subjetiva e pode variar de indivíduo para indivíduo, sendo influenciada por experiências pessoais, preconceitos e histórico cultural. Portanto, as estratégias de segurança pública devem considerar não apenas a redução dos crimes reais, mas também o fortalecimento da sensação de segurança da população, criando um equilíbrio entre a realidade e a percepção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os dados abrangentes coletados por meio da pesquisa sobre os Indicadores do Serviço de Policiamento em Porangatu, Goiás, é evidente que a percepção da comunidade desempenha um papel crucial na construção da eficácia das medidas de segurança pública. Os resultados revelaram uma maioria expressiva de residentes urbanos, sugerindo a necessidade de estratégias de policiamento diferenciadas para áreas urbanas e rurais. Além disso, a distribuição diversificada de faixas etárias, tempos de residência e composição familiar destaca a complexidade das perspectivas dos moradores e a importância de abordagens flexíveis e adaptáveis.

A análise aprofundada dos locais e horários de maior percepção de medo fornece insights valiosos para o direcionamento preciso das operações policiais. A identificação de

áreas específicas, como ruas ou horários noturnos, onde a sensação de insegurança é mais prevalente, permite a alocação eficiente de recursos para aumentar a presença policial e implementar medidas preventivas. A compreensão das preocupações mais significativas, como homicídios e roubos, sugere a necessidade de estratégias integradas de combate a crimes violentos e crimes contra a propriedade.

Por fim, a pesquisa destaca a importância de não apenas abordar a criminalidade em termos objetivos, mas também de considerar a percepção de segurança da comunidade. A implementação de estratégias de policiamento eficazes não só deve visar à redução dos índices de criminalidade, mas também à construção de uma sensação palpável de segurança entre os moradores. Essa abordagem holística, que leva em conta tanto a realidade dos números quanto a subjetividade da percepção, é fundamental para promover comunidades mais seguras e coesas em Porangatu, Goiás.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O papel da polícia no regime democrático**. Ed. Mageart, 1996, p. 75.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Congresso Nacional, Brasília, 1988, 360 p.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão; LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringelli de (Orgs.). **Crime, polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.
- ESPÍRITO SANTO, L. E. do; MEIRELES, A. **Entendendo a nossa insegurança**. 1. ed., Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Policiologia, 2003, 424 p.
- FARRINGTON, D., WELSH, B. Effects of improved street lighting on crime: a systematic review. **Home Office Research. London**, 2002. n.251.
- FONSECA, Carlos Anselmo da. A segurança pública e as polícias civil e militar diante do texto constitucional – Uma visão interpretativa do artigo 144 da Constituição Federal, **Revista Ciência Jurídica. Brasília**, n° 44, mar./abr. 1992, p. 317.
- HAANS, A., KORT, Y. Light distribution in dynamic street lighting: two experimental studies on its effects on perceived safety, prospect, concealment, and escape. **Journal of Environmental Psychology**. Eindhoven University of Technology, Netherlands, jun.2012.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAZZARINI, Álvaro. **Da segurança pública na Constituição de 1988**, *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, ano 26, n/ 104, out./dez., 1989, p. 235-6.

LAZZARINI, Álvaro. *Estudos de Direito Administrativo*. 2 ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1999.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline. Qualidade da democracia e polícias no Brasil. In: LIMA, Renato Sérgio de. **Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

MANSO, Bruno Paes. **E se a polícia federal entrasse de vez no combate aos grupos de extermínio no Brasil? SP no divã**, Blogs Estadão, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. Editora Atlas: 2003.

MOREIRA NETO. **Revista de Informação Legislativa n. 97**, 1988.

PEREIRA, Eliomar da Silva. **Introdução às ciências policiais. A polícia entre a ciência e a política**. Almedina, 2015.

PERKINS, D., ABRAHAM, R., TAYLOR, R. The physical environment of street crime: defensible space, territoriality and incivilities. **Journal of Environmental Psychology**, n.13, p.29-49. Academic Press, 1993.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. A democracia disjuntiva no contexto brasileiro: algumas considerações a partir do trabalho das delegacias de polícia. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, n. 11. Brasília, Ago. 2013.

UNODC. **Global Study on Homicide 2013**. United Nations Publication, Vienna, 2014.

WILSON, J., KELLING, G. **Broken windows: the police and neighborhood safety**. The Atlantic Online, 1982. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>>

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La palabra de los muertos: conferencias de criminología cautelar**. Buenos Aires: Ediar, 2011.

APÊNDICE A – TCLE E QUESTIONÁRIO SOBRE A SENSÇÃO DE SEGURANÇA –MUNICÍPIO DE PORANGATU-TO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Este questionário é uma pesquisa sobre sensação de segurança, isto é, a percepção subjetiva de pessoas ou comunidade em relação ao ato de sentir segura, protegida de ameaças, preocupações ou medo de crimes. A sensação de segurança é um fenômeno complexo e de múltiplos fatores e determinações, sendo influenciado pelos serviços policiais, tem relação com às desordens físicas (falta de iluminação, limpeza, organização) e sociais (presença de usuários de drogas), com às experiências de vitimização; com a coesão e o engajamento da comunidade e outras implicações.

Esta pesquisa faz parte do Projeto Sensação de Segurança do Programa de Pós-Graduação do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás.

Contamos com sua participação em responder o questionário e com a divulgação junto aos familiares, amigos e vizinhos.

Garantimos o sigilo e a privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Sua resposta continuará anônima.

Sua participação no estudo é voluntária. Caso não queira participar, fique à vontade.

Desde já agradecemos!!!

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. Moro/trabalho no Município / Bairro*

() Sim ou () área urbana

() Não ou () área rural

2. Sexo*

() Masculino

() Feminino

3. Idade*

() de 16 até 21 anos

() de 22 a 30 anos

☐ de 31 a 50 anos

☐ de 61 anos acima

☐ de 51 a 60 anos

4. Grau de escolaridade*

☐ Ensino fundamental completo

☐ Ensino médio incompleto

☐ Ensino fundamental incompleto

☐ Ensino superior completo

☐ Ensino médio completo

☐ Ensino superior incompleto

5. Há quanto tempo você mora/trabalha neste bairro?*

☐ Até um ano.

☐ De 1 a 3 anos.

☐ Mais de 3 anos.

6. Com quantas pessoas você convive em casa?*

☐ Sozinho(a).

☐ com 3 a 5 pessoas.

☐ com 2 pessoas.

☐ com mais de 5 pessoas

7. Você reside em?*

☐ Apartamento.

☐ Condomínio fechado

☐ Quitinete/casa geminada.

☐ Chácara/sítio ou propriedade rural

8. Qual lugar que você se sente mais medo no bairro?*

☐ Em casa.

☐ Na rua.

☐ No carro.

☐ No parque.

☐ No comércio

☐ No ponto de ônibus.

☐ Nenhum.

9. Que horário você sente mais medo de crime no bairro?*

☐ Manhã (06h às 12h).

☐ Madrugada (00h às 06h).

☐ Tarde (12h às 18h).

☐ Nenhum horário

☐ Noite (18h às 00h).

10. Qual o tipo de crime que você tem mais medo no bairro?*

☐ Homicídio.

☐ Roubo.

☐ Violência sexual/estupro.

☐ Furto.

☐ Outros.

☐ Nenhum

11. Você foi vítima de algum desses crimes neste último ano no bairro? *

☐ Roubo.

☐ Violência sexual

☐ Furto.

☐ Outros.

☐ Agressão/lesão corporal

☐ Nenhum.

☐ Tentativa de homicídio.

12. Algum vizinho ou familiar foi vítima de crime no último ano?*

☐ Sim.

☐ Não.

☐ Não sabe

13. Você faz participa de alguma associação, grupo de vizinhos (mesmo que por grupo de mensagens instantâneas) do bairro?*

☐ Sim.

☐ Não.

☐ Não sabe responder.

14. Como você se informa sobre ocorrência de crimes e atos de violência no bairro ? *

☐ Televisão.

☐ Internet.

☐ Redes sociais (whatsapp/instagram/facebook).

☐ Jornal impresso.

☐ Conversando com pessoas no seu bairro.

☐ Nenhum

15. Sobre você se sentir seguro, leias as afirmativas e escolha a alternativa.*

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não discordo nem concordo	Concordo parcialmente.	Concordo totalmente
A. Sinto seguro de andar pelas ruas durante o dia					
B. Sinto seguro de andar pelas ruas durante a noite					
C. Sinto seguro quando vejo viatura da polícia militar passar na rua de casa					
D. Sinto seguro quando vejo policiais militares em pé parados ao lado de viaturas					
E. Sinto seguro quando vejo a Polícia Militar fazendo blitz de trânsito.					
F. Sinto seguro quando vejo a Polícia Militar abordando (revistas) pessoas e veículos.					
G. Sinto seguro quando vejo a Polícia Militar abordando (parando e revistando/buscas) pessoas e veículos.					
H. Sinto seguro quando eu vejo muitas viaturas passando uma atrás da outra em comboio pelas ruas.					
I. Sinto seguro quando vejo viaturas da ROTAM, CPE, BOPE, GIRO, CHOQUE passando nas ruas					
J. Sinto seguro quando vejo as viaturas do corpo de bombeiros militares em serviço nas ruas					
K. Sinto seguro quando presencio o corpo de bombeiros em atendimento de socorro ou emergência					
L. Sinto seguro quando vejo as viaturas da polícia civil nas ruas					
M. Sinto seguro quando anuncia que policiais civis fazendo investigações de criminosos no meu bairro/cidade					
N. Sinto seguro quando vejo ações policiais nos presídios					
O. Sinto seguro quando vejo viaturas da Guarda Municipal nas ruas, nos parques e praças					
P. Sinto seguro quando passo por câmeras de monitoramento					
Q. Sinto seguro quando vejo notícias (na TV e redes					

sociais) de prisões e operações das forças de segurança pública no combate à criminalidade					
R. Sinto seguro quando estou sendo atendido pelos órgãos de segurança do Estado de Goiás					
S. Sinto Seguro no Estado de Goiás					

16.Sobre você se sentir inseguro/medo, leias as afirmativas e escolha a alternativa.*

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não discordo nem concordo	Concordo parcialmente.	Concordo totalmente
A . Sinto medo/ inseguro quando vejo ou passo perto de pessoas usando drogas nas ruas/local público					
B. Sinto medo/ inseguro de pessoas estranhas ao bairro andando pelas ruas.					
C. Sinto medo/ inseguro de ver ou passar perto de pessoas embriagadas nas ruas					
D. Sinto medo/ inseguro de passar em ruas que não tem iluminação ou mal iluminadas.					
E. Sinto medo/ inseguro de ruas com lotes com mato alto.					
F. Sinto medo/inseguro de passar perto de pessoas com som alto (em veículos) nas ruas					
G. Sinto medo/inseguro de ruas e casas abandonadas ou com pichações e sinais de abandono.					
H. Sinto medo/insegurança de passar por bares e distribuidora de bebidas com pessoas na porta.					
I. Sinto medo/inseguro quando passo por ruas com entulhos, lixo e sujas.					
J. Sinto medo/ inseguro quando vejo homens passando de motos.					
K. Sinto medo/inseguro quando vejo carros parados na rua de casa com pessoas/homens dentro do veículo.					

17 Sobre a credibilidade/confiança nos órgãos de segurança pública de Goiás.*

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não discordo nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
A. Eu confio nos serviços da Polícia Militar de Goiás					

B. Eu confio nos serviços da Polícia Civil					
C. Eu confio nos serviços da Polícia Técnico Científica					
D. Eu confio nos serviços do Corpo de Bombeiros					
E. Eu confio nos serviços da Polícia Penal					
F. Eu confio nos serviços do Procon.					
G. Em geral, eu confio nos serviços de Segurança pública do Estado de Goiás					

18.Sobre a satisfação com o atendimento dos serviços dos órgão de egurança pública de Goiás.*

	Muito insatisfeito.	Insatisfeito	Nem insatisfeito nem satisfeito.	Satisfeito.	Muito Satisfeito.
A. Sinto satisfeito pelo atendimento realizado (serviços) pela Polícia Militar de Goiás					
B. Sinto satisfeito pelo atendimento realizado (serviços) pelo Corpo de Bombeiros Militares					
C. Sinto satisfeito pelo atendimento (serviços) realizado pela Polícia Civil de Goiás					
D Sinto satisfeito pelo atendimento (serviços) realizado pela Polícia Científica (IML, Perícias, Instituto de Criminalística)					
E. Sinto satisfeito pelo atendimento (serviços) realizado pela Polícia Penal nos presídios					
F. Sinto satisfeito pelo atendimento (serviços) realizado pelo Procon					
G. Em geral, sinto satisfeito pelo atendimento dos órgãos de segurança pública do Estado de Goiás					

19. Este espaço é destinado a você escrever o que quiser em relação a segurança pública.
(Esta resposta não é obrigatória)